



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1005617-16.2016.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Indenização por Dano Material**  
 Requerente: **Ingrid Trevizan Leopoldino**  
 Requerido: **Banco Bradesco Financiamento S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

A autora Ingrid Trevizan Leopoldino propôs a presente ação contra o réu Banco Bradesco Financiamentos S/A, requerendo: a) que o réu seja compelido a se abster de realizar cobranças indevidas, sob pena de multa diária; b) a condenação do réu no pagamento de indenização por danos materiais, no valor de R\$ 803,50; c) a condenação do réu no pagamento de indenização por danos morais, no valor de R\$ 30.000,00.

A tutela antecipada foi indeferida às folhas 230.

O réu, em contestação de folhas 251/257, suscita preliminar de carência da ação por falta de interesse de agir. No mérito, requer a improcedência do pedido, alegando: a) que a autora não juntou extrato de pagamento ou todos os comprovantes de quitação das parcelas para real confirmação do adimplemento do contrato a fim de evitar cobranças supostamente abusivas; b) que a autora pode ter sofrido aborrecimento pelo fato em discussão, mas não parece razoável que meros incômodos justifiquem a caracterização de danos morais e o dever de indenizar; c) que não há que se falar em inversão do ônus da prova.

Réplica de folhas 292/298.

Relatei. Decido.

Passo ao julgamento antecipado da lide nos termos do artigo 355, I, do Código de Processo Civil.

**1005617-16.2016.8.26.0566 - lauda 1**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****4ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

De início, afasto a preliminar de carência da ação por falta de interesse de agir, por ser matéria de mérito.

Tratando-se de relação de consumo, de rigor a inversão do ônus da prova, nos termos do artigo 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

Pretende a autora, em síntese, a condenação do réu no pagamento de indenização por danos materiais, no valor de R\$ 803,50, e por danos morais, no valor de R\$ 30.000,00, bem como seja compelido a abster-se de efetuar cobranças indevidas, sob pena de multa diária.

Aduz a autora, em síntese: a) que no ano de 2014, o réu ajuizou uma ação de busca e apreensão em face da autora, em razão do atraso no pagamento das parcelas nº 34/37 do financiamento do veículo VW/Gol, placa EVZ-3771; b) que o veículo foi apreendido em 25/09/2014, no entanto, a autora purgou a mora, efetuando o pagamento das parcelas que estavam em atraso; c) que mesmo após a quitação das parcelas atrasadas, o réu tem importunado a autora com excessivas e descabidas cobranças, com ligações para a casa de seus pais, que são idosos, fazendo pressão psicológica; d) que também a irmã da autora vem recebendo constantemente mensagens pelo celular e em seu local de trabalho; e) que após o processo de busca e apreensão, a autora não atrasou o pagamento de sequer uma parcela, não havendo débito a ser cobrado; f) que é direito do consumidor não ser exposto ao ridículo, nem ser submetido a qualquer tipo de constrangimento e tampouco sofrer ameaças para quitar seus débitos, conforme preceitua o artigo 42 do Código de Defesa do Consumidor.

A cópia da petição inicial da ação de busca e apreensão, datada de 16/09/2014, comprova que a autora se encontrava inadimplente com o pagamento das parcelas vencidas a partir de 11 de abril de 2014 (**confira folhas 23**). O extrato de folhas 45 comprova que a parcela com vencimento em 11/04/2015 era a de número 32 (**confira folhas 45**).



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

As parcelas de número 31 e 32 foram pagas em 30/06/2014 (**confira folhas 75 e 77**). A parcela de número 33 foi paga em 19/08/2014 (**confira folhas 76**).

A cópia da sentença proferida na ação de busca e apreensão, datada de 06/10/2014, dá conta de que a autora (ré naquele processo) purgou a mora, efetuando o pagamento das parcelas em atraso, revogando-se a liminar e determinando a devolução do veículo (**confira folhas 91/93**).

Considerando-se que a parcela de número 34 tinha como data de vencimento o dia 11/06/2014 (**confira folhas 45**), data anterior à prolação da sentença, não tendo a instituição bancária noticiado naqueles autos novo inadimplemento, forçoso concluir que as parcelas com vencimento até a data da sentença, dentre as quais a de número 34, encontravam-se quitadas. Nesse sentido é o comprovante de depósito das parcelas em atraso (34, 35, 36 e 37 (**confira folhas 74**).

Entretanto, as inúmeras mensagens enviadas para o telefone celular da autora a partir de 27/02/2015, cobravam a parcela de número 34, que já se encontrava quitada antes da prolação da sentença, que se deu em 06/10/2014.

Muitas foram as mensagens recebidas pela autora cobrando por uma dívida que já se encontra paga havia muito tempo (**confira folhas 137/207**).

O artigo 42 do Código de Defesa do Consumidor dispõe que, *na cobrança de débitos, o consumidor inadimplente não será exposto a ridículo, nem será submetido a qualquer tipo de constrangimento ou ameaça*.

Não resta dúvidas de que o réu infringiu o disposto no referido artigo, pois, além de ser cobrada por quantia indevida, a ameaça tornou-se evidente, a título de exemplo, por meio da mensagem de folhas 199, no sentido de que a autora estaria sujeito à penhora de bens, não obstante estar em dia com a parcela cobrada.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Dessa maneira, de rigor a procedência do pedido para compelir o réu a se abster de efetuar cobranças indevidas, sob pena de multa diária.

Também de rigor a procedência do pedido de condenação do réu no pagamento de indenização, a título de danos morais, em favor da autora, diante das inúmeras cobranças indevidas, ultrapassando a esfera do mero aborrecimento.

Aliás, o artigo 14 do Código de Processo Civil estabelece que *o fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços*.

Considerando a condição econômica das partes e o caráter pedagógico da condenação, fixo o dano moral em R\$ 12.000,00 (doze mil reais), que certamente não importará em enriquecimento sem causa à autora e tampouco no empobrecimento do réu. A atualização monetária terá como termo inicial a data de hoje e os juros de mora, nos termos da Súmula 54 do Superior Tribunal de Justiça, a partir do ato ilícito, considerando-se, para tanto, a data da primeira cobrança indevida, ou seja, 27/02/2015 (**confira folhas 137**).

Todavia, não procede o pedido de condenação do réu no pagamento de indenização por danos materiais. A autora assinou a declaração de devolução e retirada de veículo em data de 07/10/2014 (**confira folhas 96/97**). No documento de folhas 96 a autora fez a ressalva de que "foi retirado o som", não fazendo qualquer outra ressalva (**confira folhas 96**). No entanto, a autora propôs a ação em 28/04/2016, ou seja, após 16 meses da data do recebimento do veículo, não havendo como comprovar que os danos materiais alegados, com exceção do equipamento de som, tenha ocorrido durante o período em que o veículo esteve sob os cuidados do réu.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**4ª VARA CÍVEL**

**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Ademais, os documentos de folhas 236/242, que não se tratam de notas fiscais e sim de meros orçamentos, ainda que se reconheça que foram emitidos efetivamente na data neles constante, eram preexistentes ao ajuizamento da ação e a autora não cuidou de instruir a inicial com tais documentos, razão pela qual deixou de conhecê-los. Inteligência do artigo 434 do Código de Processo Civil.

Entretanto, com relação ao equipamento de som, a autora não demonstrou qual foi o efetivo prejuízo, mesmo porque o valor pleiteado, a título de reparados pelos danos materiais, subsumem-se aos orçamentos de folhas 236/242, razão pela qual não comporta acolhimento o pedido de reparação por danos materiais.

Diante do exposto, acolho, na maior parte, o pedido, resolvendo o mérito nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil, para o fim de: a) compelir o réu a se abster de realizar cobranças indevidas à autora, relacionadas ao débito já quitado tratado nestes autos, sob pena de multa de R\$ 1.000,00 (um mil reais); b) condenar o réu no pagamento de indenização por danos morais em favor da autora, no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), com atualização monetária a partir de hoje e juros de mora a partir de 27/02/2015, nos termos da fundamentação. Sucumbente na maior parte, condeno o réu no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, esses fixados em 10% do valor da causa, ante a ausência de complexidade, com atualização monetária a partir de hoje e juros de mora a partir do trânsito em julgado.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

P.R.I.C.

São Carlos, 28 de junho de 2016.

**Juiz Alex Ricardo dos Santos Tavares**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**